



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 568437 - SP (2020/0073780-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : SAMIRA GOMES DE CARVALHO
ADVOGADO : SAMIRA GOMES DE CARVALHO - SP214637
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OSVALDO HENRIQUE DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de OSVALDO HENRIQUE DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do Agravo em Execução n. 9000490-70.2019.8.26.0625.

Extraí-se dos autos que o paciente foi promovido ao regime aberto, em 24/10/2017, tendo o Ministério Público interposto agravo em execução, o qual foi provido (8 meses após o paciente se encontrar no regime mais branco) para determinar o regresso do paciente ao regime semiaberto, até a realização de exame criminológico.

Submetido à análise pela junta multidisciplinar, o paciente obteve parecer favorável. Contudo, o Juízo das Execuções indeferiu pedido de progressão ao regime prisional aberto, pretendido pela defesa.

Diante disso, a defesa interpôs agravo em execução, o qual foi desprovido, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 28/34):

“Agravo em Execução.Progressão ao regime aberto. Indeferimento. Requisito de ordem subjetiva não preenchido. Ausência de mérito. Sentenciado possui longa pena a cumprir pela prática de crimes graves. Exame criminológico não afastou a possibilidade de recidiva delitiva. Necessidade de permanência no regime semiaberto para ser melhor observado. Decisão mantida. Agravo improvido.”

No presente *mandamus*, a defesa alega ilegalidade do acórdão, que teria motivado o indeferimento do pedido tão somente na gravidade dos delitos cometidos e no montante da pena.

Salienta que o paciente encontra-se no grupo de risco de infecção pelo SARS-Co-2 e recolhido em estabelecimento prisional superlotado. Aponta que já se passaram 30 anos do cometimento do último delito, além de 16 anos da última falta disciplinar. Ressalta o bom comportamento carcerário, assinalando que o paciente, inclusive, consta da lista de saída temporária.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a imediata progressão ao regime aberto. É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do

Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator